

TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

COMPOSIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

EXERCÍCIO DE 2001



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

EXECUTIVO MUNICIPAL

I – DADOS INFORMATIZADOS

Constitui pré-condição para a formalização do recebimento da prestação de contas anual de 2001, a remessa das informações através do *Sistema Informatizado de Captação dos Dados Contábeis da PCA 2001*, relativamente aos seguintes arquivos magnéticos:

1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
2. CADASTRO DE ÓRGÃOS
3. CADASTRO DE UNIDADES
4. CADASTRO DE PROJETOS E ATIVIDADES
5. NATUREZA DA DESPESA
6. ORÇAMENTO AUTORIZADO E REALIZAÇÃO
7. CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA E DESPESA
8. DISPONIBILIDADES
9. DÍVIDA FLUTUANTE E REALIZÁVEL
10. ATIVO PERMANENTE
11. NATUREZA DA RECEITA
12. RECEITA REALIZADA
13. RECEITAS INTRAGOVERNAMENTAIS
14. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS
15. DÍVIDA FUNDADA
16. RECEITAS MENSAIS VINCULADAS A CONTA FUNDEF
17. VALOR RETIDO EM FAVOR DO FUNDEF
18. RESTOS A PAGAR 2001
19. RESTOS A PAGAR DE 2000 E ANTERIORES
20. RELAÇÃO DE EMPENHOS
21. REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

A descrição detalhada dos dados informatizados, e o respectivo *layout* das tabelas, consta do Anexo II da Instrução Técnica nº 1/2002.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

II – DOCUMENTAÇÃO

A referência (*Anexo III - 3.--) indica tratar-se de Relatório Padronizado, com o respectivo número de identificação de acordo com o Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002.

VOLUME I – EXECUTIVO

01 – Ofício assinado pelo Prefeito Municipal encaminhando a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal. Este ofício deverá discriminar as entidades da Administração Indireta do Município (Autarquias, Fundações e Fundos) com prestações de contas individualizadas.

02 – Índice contendo denominação e paginação dos documentos integrantes do processo, de acordo com o item VI.1 da Instrução Técnica nº 1/2002.

03 – Relatório das Atividades Financeiras, Econômicas e Patrimoniais, descrevendo-se os fatos relevantes ocorridos no exercício financeiro, incluindo-se as notas explicativas julgadas necessárias para o esclarecimento de eventos arrolados no processo. O Relatório deverá incluir demonstrativos e comparativos dos atos, gastos e programas, em relação ao previsto e ao efetivamente executado, em termos totais e percentuais, de forma a evidenciar o desempenho dos programas e metas orçamentárias. (item 10 do Vol. II)

04 – Certidão de habilitação profissional do Contabilista responsável pela contabilidade, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade.

05 – Anexo 12
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.

06 – Anexo 13
BALANÇO FINANCEIRO (a despesa deverá ser demonstrada por funções).

Importante: Caso a Prefeitura tenha promovido a centralização contábil dos Fundos, em 31/12/2001, deverão ser encaminhados dois Balanços Financeiros, com a situação antes e depois dos registros contábeis de centralização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

07 – Anexo 14

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS DE 2000 E 2001.

Das contas com títulos genéricos, tais como: Diversas, Outras, etc., deverá ser elaborada demonstração discriminando a composição, ou anexados documentos que comprovem os registros.

Importante: Caso a Prefeitura tenha promovido a centralização contábil dos Fundos, em 31/12/2001, deverão ser encaminhados dois Balanços Patrimoniais, com a situação antes e depois dos registros contábeis de centralização.

08 – Anexo 15

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Das contas com títulos genéricos, tais como: Diversas, Outras, etc., deverá ser elaborada demonstração discriminando a composição.

Importante: Caso a Prefeitura tenha promovido a centralização contábil dos Fundos, em 31/12/2001, deverão ser encaminhados duas Demonstrações das Variações Patrimoniais, com a situação antes e depois dos registros contábeis de centralização.

09 – Cópias dos contratos das Operações de Crédito tomadas no exercício, acompanhados das respectivas Leis e exemplares das publicações destas Leis no Órgão Oficial do Município.

10 – Cópias dos Extratos expedidos pelas Instituições Financeiras, evidenciando a movimentação ocorrida no exercício e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2001, das Dívidas constantes do Passivo Permanente do Balanço Patrimonial.

11 – Cópias dos comprovantes emitidos pelos Órgãos credores, evidenciando o saldo devedor em 31 de dezembro de 2001, das Confissões de Dívidas inscritas no Passivo Permanente do Balanço Patrimonial.

12 – Relatório: RELAÇÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS/PRECATÓRIOS (*Anexo III - 3.22)

13 – Relatório: CONVÊNIOS, AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES RECEBIDOS. (*Anexo III - 3.4)

14 – Relatório: RECURSOS DE CONVÊNIOS; AUXÍLIOS; SUBVENÇÕES E REPASSES DO SUS. (*Anexo III - 3.5)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

15 – Relatório: RECEITAS DE ALIENAÇÕES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO E AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS. (*Anexo III - 3.6)

16 – DAS DESPESAS REALIZADAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

a. Relatório: DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA (*Anexo III - 3.20)

b. De todas as despesas relacionadas conforme item “a”, deverão ser anexadas:

- i - Cópias das notas fiscais ou faturas;
- ii - Cópias legíveis das páginas dos jornais ou revistas que contenham as matérias publicitárias (os originais devem estar anexados aos respectivos empenhos como comprovante da realização da despesa);
- iii - Mapas de inserção, no caso de matérias veiculadas através de rádio e televisão.

17 – Cópia da(s) Lei(s) aprovada(s) na forma do inciso V, do art. 29, da Constituição Federal – se existente, e do Decreto Legislativo baixado em 2000, que fixou a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários municipais para o mandato de 2001/2004.

18 – Demonstrativo mensal dos índices e/ou parâmetros de correção aplicados na atualização dos valores da remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, no exercício de 2001.

19 – Relação mensal dos índices de reajustes salariais concedidos aos servidores municipais no período de janeiro a dezembro de 2001.

20 – Cópias das leis baixadas referentes aos reajustes concedidos aos servidores municipais, conforme demonstrativo apresentado no item anterior.

21 – Declaração atestando a não ocorrência de acumulação de subsídios de Secretário Municipal, ou outro cargo em comissão equivalente, com a remuneração de Vice-Prefeito.

22 – Relatório: ENCARGOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA – INSS (*Anexo III – 3.16)

Este relatório irá se referir, no mínimo, às remunerações dos agentes políticos e secretários municipais. Quando for o caso, serão abrangidos os servidores sem vínculo a regime próprio de previdência.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

23 – Cópias dos atos legais que implicaram em renúncia de receita, acompanhadas dos processos administrativos contendo a motivação e as medidas de compensação adotadas para evitar a ocorrência de déficit orçamentário, tal como estipulado nos incisos I e II do art.14 da Lei Complementar nº 101/2000.

24 – Cópias dos atos legais que importaram na criação de despesas de caráter continuado, acompanhadas da comprovação das providências dispostas no art. 17 e §§ da Lei Complementar nº 101/2000.

25 – Para os municípios que mantiveram regimes próprios de previdência.

a. Relatório circunstanciado acerca da situação em que se encontra o sistema previdenciário do Município, especialmente quanto às finanças e eventuais confissões de dívidas ou parcelamentos, bem ainda os esclarecimentos no caso de inadimplências.

b. Cópias das leis de criação e de regulamentação, bem como de todas as alterações ocorridas desde a criação do sistema.

c. Laudos, projeções e demais relatórios atuariais, nos termos do art. 1º, inciso I, da LF nº 9.717/98.

d. Parecer da empresa de auditoria independente, conforme estabelecido no art. 1º, inciso I, da LF nº 9.717/98, observado o § 2º da Portaria MPAS nº 4992/99, acrescentado pela Portaria MPAS nº 7796, de 28/08/00

e. Relatório: RECOLHIMENTOS À PREVIDÊNCIA PRÓPRIA
(*Anexo III – 3.15)

f. Demonstrativo dos valores de parcelamentos e de obrigações atrasadas de exercícios anteriores a 2001, contendo os saldos devidos de retenções dos empregados e contribuições do empregador. Estes valores deverão coincidir com os totais inscritos na linha “12/2000” do relatório RECOLHIMENTOS À PREVIDÊNCIA PRÓPRIA e, no caso de terem sido parcelados, deverão constar da Dívida Fundada da Entidade.

26 – Para os municípios que extinguiram seus regimes próprios de previdência.

a. Relatório circunstanciado sobre a situação em que se encontra o sistema previdenciário do Município, especialmente quanto ao emprego das disponibilidades, confissões de dívidas, parcelamentos e filiação a outro regime ou sistema.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

b. Cópia da lei de extinção.

c. Cópias dos extratos das contas correntes em que foram depositados os recursos transferidos por força da extinção.

d. Demonstração da destinação dos recursos utilizados após a extinção.

e. Relatório: RECOLHIMENTOS À PREVIDÊNCIA PRÓPRIA (*Anexo III – 3.15), relativo ao período de vigência do sistema no exercício de 2001.

f. Relatório: ENCARGOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA – INSS (*Anexo III – 3.16), relativo ao período posterior a vigência do sistema no exercício de 2001.

27 – Declaração, firmada pelo responsável pelo Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros/FUNREBOM, atestando que a Administração Municipal transferiu corretamente a receita a este legalmente devida.

28 – Demonstrativo contendo, mês a mês, as taxas arrecadadas sobre as quais o FUNREBOM tem direito, mês de referência e datas dos repasses, assinada em conjunto com o responsável pelo Fundo.

29 – Os Municípios que detenham comunidades indígenas e recebem ICMS Ecológico nos termos da Lei Estadual nº 12.690, de 18 de outubro de 1999, devem apresentar:

a. Relatório Circunstanciado de Acompanhamento Técnico dos Programas Desenvolvidos pelos Grupos Beneficiados.

b. Relatório de Acompanhamento Financeiro e da Descrição Física das obras e serviços Executados ou em andamento.

c. Demonstrativo contendo a receita recebida do ICMS ecológico e o valor destinado em função da Lei Estadual nº 12690/99.

d. Quadro Demonstrativo da Execução Orçamentária, contendo o detalhamento funcional-programático da Despesa, que deverá se consolidar com o integrante do Anexo 11 – Comparativo da Despesa Orçada e Executada, da contabilidade geral do Município.

e. Extrato da Conta Aberta para o Depósito da parcela da Receita do ICMS ecológico, devido por força da Lei Estadual nº 12.690/99 e as conciliações, quando se fizerem necessárias.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

f. Relação dos Pagamentos efetuados com os recursos de que trata a Lei Estadual nº 12690/99, contendo: o número do item em ordem seqüencial, o nome do favorecido, a especificação do bem ou serviço, o número do empenho, elemento de classificação da despesa e o valor.

30 – Relatório: QUADRO DE PESSOAL (*Anexo III – 3.18)

31 – Relatório: RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE ADMISSÃO E APOSENTADORIA (*Anexo III – 3.19)

32 – Declaração firmada pelo Executivo relacionando:

- i. as Autarquias e Fundações de Direito Público Interno, integrantes da estrutura administrativa descentralizada;
- ii. os Fundos com contabilidade descentralizada, que tiveram atividade no exercício financeiro de 2001;
- iii. as Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas das quais o Poder Executivo detenha participação societária; e
- iv. Os consórcios intermunicipais em que o Município participe, indicando sucintamente os seus objetivos.

33 – Relatório: IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS (*Anexo III – 3.1)

34 – Relatório: SERVIÇOS DE TERCEIROS (DEDUÇÕES). art.72 - L.R.F. (*Anexo III – 3.27)

35 – Relatório: DETALHES DE CONTAS GENÉRICAS DA RECEITA (*Anexo III – 3.25)

36 – Relatório: CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO – art. 62 - L.R.F. (*Anexo III – 3.24)

37 – Relatório: RELAÇÃO DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS CONCEDIDAS (*Anexo III – 3.23)

38 – Relatório: RECEITAS DE 2000 – BASE DE CÁLCULO DAS DESPESAS DA CÂMARA (*Anexo III – 3.26)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

VOLUME II – EXECUTIVO

01 – Cópia da Lei do Plano Plurianual para os exercícios financeiros de 2000 a 2003, e comprovante, em página inteira, de sua publicação.

02 – Cópia da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2001, e comprovantes, em página inteira, de sua publicação, acompanhada de:

a. Municípios com mais de 50.000 habitantes:

- i. Anexo de Metas Fiscais
- ii. Anexo de Riscos Fiscais

b. Todos os Municípios:

- iii. Relatório dos Projetos em Andamento quando da elaboração da LDO

03 – Cópia da Lei Orçamentária e seus Anexos do exercício financeiro de 2001, caso, obrigatoriamente, não tenha sido encaminhado anteriormente, acompanhada de:

a. Municípios com mais de 50.000 habitantes:

- i. Demonstrativo de Compatibilidade do Orçamento com os Objetivos e Metas do Anexo de Metas Fiscais

b. Todos os Municípios:

- ii. Demonstrativo do § 6º, art. 165- C.F., relativamente ao efeito na proposta orçamentária, das anistias, isenções, subsídios ou benefícios de natureza financeira ou tributária;
- iii. Descrição das medidas de compensação às renúncias de receitas;
- iv. Descrição das medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
- v. Demonstrativo da evolução da receita nos últimos três anos e projeção para os dois seguintes;
- vi. Memórias de cálculo das projeções de receita.

04 – Cópias das Leis e Decretos de natureza orçamentária, conforme o constante no Demonstrativo das Alterações Orçamentárias.

05 – Cópias dos atos utilizados para a correção do orçamento inicial, acompanhados dos anexos referentes à última correção efetuada no exercício financeiro de 2001.

06 – Cópias dos cálculos da tendência do excesso de arrecadação, quando utilizados para cobertura de créditos adicionais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

07 – Cópia da Lei que elegeu o órgão Oficial do Município para publicação de seus Atos.

08 – Comprovantes, em páginas inteiras, das publicações de Leis e Decretos de natureza orçamentária.

09 – Relatório: LEIS ORÇAMENTÁRIAS E ALTERAÇÕES DE REDAÇÃO
(*Anexo III – 3.7)

10 – Relatório: ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS E A SUA REALIZAÇÃO FÍSICA (*Anexo III – 3.8)

VOLUME III – EXECUTIVO

01 – Termo de Conferência de Caixa, em 31 de dezembro de 2001.

02 – Cópia da Portaria de designação do responsável pela conferência de Caixa.

03 – Extratos de todas as Contas Bancárias, evidenciando o saldo em 31 de dezembro de 2001. (Inclusive as contas com saldos contábil e bancário “zerados”, desde que não tenham sido desativadas no exercício de 2001).

04 – Relatório: CONCILIAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS
(*Anexo III – 3.2)

05 – Extratos bancários do mês de janeiro de 2002, ou dos meses em que ocorreram as regularizações dos valores dos débitos e créditos constantes das conciliações.

06 – Documentos emitidos pelos Bancos nos quais o Município mantém contas correntes, firmados por agentes competentes para tal, informando todas as contas correntes, movimentadas ou não, no exercício, o saldo destas em 31/12/2001 e os valores em aplicações financeiras naquela data.

07 – Relatório: RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS
(*Anexo III – 3.3)

08 – Extrato anual com demonstrativo mensal emitidos pelas Instituições Financeiras, comprovando os rendimentos de aplicações financeiras ocorridas no exercício, conforme relatório apresentado no item anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

VOLUME IV – EXECUTIVO

01 – Relatório: RELAÇÃO DOS BENS INCORPORADOS
(*Anexo III – 3.10)

02 – Relatório: RELAÇÃO DOS BENS DESINCORPORADOS
(*Anexo III – 3.11)

03 – Relatório: RELAÇÃO DAS LICITAÇÕES E DOS PROCESSOS DE
DISPENSA/ INEXIGIBILIDADE (*Anexo III – 3.21)

04 – Documentos de Transações Imobiliárias (Compras, Permutas,
Desapropriações e Doações), contendo:

- Cópia da Lei autorizatória.
- Decreto de desapropriação.
- Comprovante (página inteira) de publicação da Lei ou Decreto.
- Cópia da Portaria da Comissão de Avaliação.
- Laudo de avaliação.
- Escritura Pública do Registro de Imóveis.

Relativamente aos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação para incorporações de bens, remeter os processos administrativos contendo a motivação.

05 – Licitações para alienações de bens móveis e imóveis, contendo:

- cópia da Lei autorizatória (só no caso de bens imóveis)
- cópia da Portaria de nomeação da Comissão de avaliação do bem
- Laudo de avaliação
- cópia do edital
- comprovante (página inteira) da publicação do edital resumido
- propostas apresentadas pelos interessados
- atas de abertura e julgamento pela Comissão
- ato de homologação pela autoridade administrativa

Relativamente aos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação para alienações de bens, remeter os processos administrativos contendo a motivação.

06 – Documentos completos referentes a venda de ações, ocorridas no
exercício financeiro de 2001.

07 – Relatório: SITUAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO
(*Anexo III – 3.9)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

VOLUME V – EXECUTIVO

A DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO COMPREENDERÁ OS ELEMENTOS QUE SEGUEM:

01 – Cópia do ato que instituiu o Conselho de Controle Social do FUNDEF, na forma do artigo 4º da Lei nº 9.424/96.

02 – Demonstrativos gerenciais, mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados ou recebidos à conta do FUNDEF, sendo:

- Balancetes financeiros;
- Cópias das atas e pareceres emitidos pelo respectivo Conselho.

03 – Relatório: REPASSES DE FONTES PRÓPRIAS PARA APLICAÇÃO EM M.D.E. (*Anexo III – 3.12)

04 – Relatório: SERVIDORES PAGOS COM RECURSOS DO FUNDEF – 60% (*Anexo III – 3.14)

05 – Relatório: MOVIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS DA EDUCAÇÃO (*Anexo III – 3.13)

06 – Cópias de convênios celebrados entre o Município e o Estado, de que resultem transferências de atribuições e recursos financeiros do FUNDEF, bem como demonstrativo mensal dos valores.

07 – Cópias de todos os extratos bancários do ano de 2001, da conta vinculada ao FUNDEF. Deverão ser anexados todos os extratos, mensalmente, e não apenas o último.

08 – Cópia do ato de designação do(s) responsável(eis) pela movimentação das contas citadas no inciso anterior.

09 – Cópias da Lei autorizadora e comprovante dos pagamentos de abonos com saldos dos recursos de 60% do FUNDEF, vinculados à remuneração do magistério, dos exercícios financeiros de 2000 e 2001.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

10 – Comprovantes de depósito dos valores transferidos nos meses de janeiro de 2001 e janeiro de 2002, relativamente às parcelas de 25% e 10% das receitas de impostos com vínculo obrigatório ao ensino fundamental.

12 – Cópias da Lei e Decreto de abertura do crédito adicional especial aberto, no exercício de 2001, para complementação das despesas com educação, realizadas a menor no ano de 2000, conforme Resolução nº. 9818/2001.

Obs.: Os empenhos correspondentes à execução deste crédito especial, deverão estar relacionados na "Relação de Empenhos" do *Sistema Informatizado de Captação dos Dados Contábeis da PCA 2001*.

13 – Declaração assinada pelo Conselho de Acompanhamento do FUNDEF, contendo os totais das despesas efetuadas e pagas através do Crédito Adicional Especial citado no item 12, deste volume.

A DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE, CUJA APLICAÇÃO FOI REALIZADA PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM CONTABILIDADE CENTRALIZADA NO EXECUTIVO, COMPOR-SE-Á DE:

1 – Atestado de regularidade da aplicação dos recursos, firmado pelo Conselho Municipal de Saúde.

2 – Relatório: DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM A SAÚDE
(*Anexo III – 3.28)

Este demonstrativo será assinado pelo Prefeito e responsável pela entidade de saúde.

3 – Cópias dos atos de constituição do Fundo Municipal de Saúde, nos termos do art. 77, III, § 3º - ADCT, com a redação dada pela E.C. 29.

4 – Cópias dos atos de constituição do Conselho Municipal de Saúde, nos termos do art. 77, III, § 3º - ADCT, com a redação dada pela E.C. 29.

5 – Cópias das atas de realização das Audiências Públicas Trimestrais, contendo em anexo os relatórios do Gestor do Sistema de Saúde Municipal ao Conselho Municipal de Saúde, nos termos do art. 12 da Lei nº 8689 de 27/07/93.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

DA CÂMARA MUNICIPAL

EM VOLUME SEPARADO

COM CONTABILIDADE PRÓPRIA

I – DADOS INFORMATIZADOS

Constitui pré-condição para a formalização do recebimento da prestação de contas anual de 2001, a remessa das informações através do *Sistema Informatizado de Captação dos Dados Contábeis da PCA 2001.*, relativamente aos seguintes arquivos magnéticos:

- 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**
- 2. CADASTRO DE ÓRGÃOS**
- 3. CADASTRO DE UNIDADES**
- 4. CADASTRO DE PROJETOS E ATIVIDADES**
- 5. NATUREZA DA DESPESA**
- 6. ORÇAMENTO AUTORIZADO E REALIZAÇÃO**
- 7. CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA E DESPESA**
- 8. DISPONIBILIDADES**
- 9. DÍVIDA FLUTUANTE E REALIZÁVEL**
- 18. RESTOS A PAGAR 2001**
- 19. RESTOS A PAGAR DE 2000 E ANTERIORES**
- 20. RELAÇÃO DE EMPENHOS**
- 21. REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS**

Obs.: Os itens 10 a 17 não tem aplicabilidade ao Poder Legislativo. A descrição detalhada dos dados informatizados, e o respectivo *layout* das tabelas, consta do Anexo II da Instrução Técnica nº 1/2002.

II – DOCUMENTAÇÃO

01 – Ofício assinado pelo Presidente da Câmara encaminhando a Prestação de Contas do Poder Legislativo.

02 – Índice (denominação e paginação dos documentos integrantes).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

03 – Certidão de Habilitação Profissional do Contabilista responsável pela contabilidade, expedida pelo CRC/PR.

04 – Extratos bancários, evidenciando o saldo em 31/12/2001. (Inclusive as contas com saldos contábil e bancário “zerados”, desde que não tenham sido desativadas no exercício financeiro de 2001)

05 – Relatório: CONCILIAÇÕES DAS CONTAS BANCÁRIAS
(*Anexo III – 3.2)

06 – Documentos emitidos pelos Bancos nos quais a Câmara mantém contas correntes, firmados por agentes competentes para tal, informando as contas correntes movimentadas no exercício e o saldo destas em 31/12/2001.

07 – Relação dos Bens à disposição da Câmara, contendo: a data de aquisição, discriminação e o valor de cada bem existente em 31 de dezembro de 2001.

08 – RELAÇÃO DAS LICITAÇÕES E DOS PROCESSOS DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE (*Anexo III – 3.21)

09 – DAS DESPESAS REALIZADAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

a. Relatório: DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA
(*Anexo III – 3.20)

b. De todas as despesas relacionadas conforme item “a”, deverão ser anexadas:

- i - Cópias das notas fiscais ou faturas;
- ii - Cópias legíveis das páginas dos jornais ou revistas que contenham as matérias publicitárias (os originais devem estar anexados aos respectivos empenhos como comprovante da realização da despesa);
- iii - Mapas de inserção, no caso de matérias veiculadas através de rádio e televisão.

10 – Cópia do Ato aprovado na forma do inciso V, do art. 29, da Constituição Federal – se existente, e da Resolução baixada em 2000, que fixa a remuneração dos Vereadores para a legislatura de 2001/2004, com exemplar original da publicação destas no Órgão Oficial do Município.

11 – Demonstrativo mensal dos índices e/ou parâmetros de correção aplicados na atualização da remuneração dos Vereadores, no exercício financeiro de 2001.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

12 – Relatório: SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL

(*Anexo III – 3.17)

13 – Relatório: QUADRO DE PESSOAL (*Anexo III – 3.18)

14 – Relatório: RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE ADMISSÃO E APOSENTADORIA (*Anexo III – 3.19)

15 – Relatório: IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS (*Anexo III – 3.1)

16 – Relatório: SERVIÇOS DE TERCEIROS (DEDUÇÕES) art. 72 - L.R.F. (*Anexo III – 3.27)

17 – Relatório: ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS E A SUA REALIZAÇÃO FÍSICA (*Anexo III – 3.8)

18 – Relatório: SITUAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO (*Anexo III – 3.9)

OBS. O referido relatório será emitido por todas as entidades que possuam imóveis próprios.

SEM CONTABILIDADE PRÓPRIA

EM VOLUME SEPARADO

I – DADOS INFORMATIZADOS

Os dados informatizados pertinentes à execução orçamentária e financeira da Câmara Municipal, sem contabilidade própria, serão enviados pela Prefeitura Municipal, conjuntamente com as suas informações.

A remessa conjunta destes dados constitui pré-condição para a análise material da prestação de contas da Câmara Municipal, e não isenta os respectivos ordenadores de despesa da responsabilidade pela execução orçamentária e financeira do Poder Legislativo.

II – DOCUMENTAÇÃO

01 – Ofício assinado pelo Presidente da Câmara encaminhando a Prestação de Contas do Poder Legislativo no qual contenha Declaração Expressa mencionando que a contabilidade é processada em conjunto com a da Prefeitura Municipal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

- 02 – Índice (denominação e paginação dos documentos integrantes)
- 03 – Relação dos Bens à disposição da Câmara, contendo: data de aquisição, discriminação e o valor de cada bem existente em 31 de dezembro de 2001.
- 04 – Relatório: RELAÇÃO DAS LICITAÇÕES E PROCESSOS DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE (*Anexo III – 3.21)
- 05 – DAS DESPESAS REALIZADAS COM PUBLICIDADE/PROPAGANDA.
- a.** Relatório: DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA (*Anexo III – 3.20)
 - b.** De todas as despesas relacionadas conforme item “a”, deverão ser anexadas:
 - i - Cópias das notas fiscais ou faturas;
 - ii - Cópias legíveis das páginas dos jornais ou revistas que contenham as matérias publicitárias (os originais devem estar anexados aos respectivos empenhos como comprovante da realização da despesa);
 - iii - Mapas de inserção, no caso de matérias veiculadas através de rádio e televisão.
- 06 – Cópia do Ato aprovado na forma do inciso V, do art. 29, da Constituição Federal – se existente, e da Resolução baixada em 2000, que fixa a remuneração dos Vereadores para a legislatura de 2001/2004, com exemplar original da publicação destas no Órgão Oficial do Município.
- 07 – Demonstrativo mensal dos índices e/ou parâmetros de correção aplicados na atualização da remuneração dos Vereadores, no exercício financeiro de 2001.
- 08 – Relatório: SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL (*Anexo III – 3.17)
- 09 – Relatório: QUADRO DE PESSOAL (*Anexo III – 3.18)
- 10 – Relatório: RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE ADMISSÃO E APOSENTADORIA (*Anexo III – 3.19)
- 11 – Relatório: IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS (*Anexo III – 3.1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E FUNDOS

EM VOLUME SEPARADO PARA CADA ENTIDADE

I – DADOS INFORMATIZADOS

Constitui pré-condição para a formalização do recebimento da prestação de contas anual de 2001, a remessa das informações através do *Sistema Informatizado de Captação dos Dados Contábeis da PCA 2001*, relativamente aos seguintes arquivos magnéticos:

- 1.** ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
- 2.** CADASTRO DE ÓRGÃOS
- 3.** CADASTRO DE UNIDADES
- 4.** CADASTRO DE PROJETOS E ATIVIDADES
- 5.** NATUREZA DA DESPESA
- 6.** ORÇAMENTO AUTORIZADO E REALIZAÇÃO
- 7.** CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA E DESPESA
- 8.** DISPONIBILIDADES
- 9.** DÍVIDA FLUTUANTE E REALIZÁVEL
- 10.** ATIVO PERMANENTE
- 11.** NATUREZA DA RECEITA
- 12.** RECEITA REALIZADA
- 13.** RECEITAS INTRAGOVERNAMENTAIS
- 14.** TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS
- 15.** DÍVIDA FUNDADA
- 16.** RECEITAS MENSAIS VINCULADAS A CONTA FUNDEF (Apenas Fundo de Educação)
- 17.** VALOR RETIDO EM FAVOR DO FUNDEF (Apenas Fundo de Educação)
- 18.** RESTOS A PAGAR 2001
- 19.** RESTOS A PAGAR DE 2000 E ANTERIORES
- 20.** RELAÇÃO DE EMPENHOS (Apenas Fundo de Educação)
- 21.** REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS (Secretários Municipais)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

II – DOCUMENTAÇÃO

VOLUME I – AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES

01 – Ofício assinado pelo Diretor, Presidente ou Gestor da Entidade encaminhando a respectiva Prestação de Contas.

02 – Índice (denominação e paginação dos documentos integrantes do processo)

03 – Relatório das Atividades Financeiras, Econômicas e Patrimoniais, descrevendo-se os fatos relevantes ocorridos no exercício financeiro, incluindo-se as notas explicativas julgadas necessárias para o esclarecimento de eventos arrolados no processo. O Relatório deverá incluir demonstrativos e comparativos dos atos, gastos e programas, em relação ao previsto e ao efetivamente executado, em termos totais e percentuais, de forma a evidenciar o desempenho dos programas e metas orçamentárias.

04 – Certidão de habilitação profissional do Contabilista responsável pela contabilidade, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade.

05 – Anexo 12
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.

06 – Anexo 13
BALANÇO FINANCEIRO (a despesa deverá ser demonstrada por funções).

Importante: Caso a Prefeitura tenha promovido a centralização contábil dos Fundos, em 31/12/2001, deverão ser encaminhados dois Balanços Financeiros, com a situação antes e depois dos registros contábeis de centralização.

07 – Anexo 14
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS DE 2000 E 2001.

Das contas com títulos genéricos, tais como: Diversas, Outras, etc., deverá ser elaborada demonstração discriminando a composição, ou anexados documentos que comprovem os registros.

Importante: Caso a Prefeitura tenha promovido a centralização contábil dos Fundos, em 31/12/2001, deverão ser encaminhados dois Balanços Patrimoniais, com a situação antes e depois dos registros contábeis de centralização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

08 – Anexo 15

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Das contas com títulos genéricos, tais como: Diversas, Outras, etc., deverá ser elaborada demonstração discriminando a composição.

Importante: Caso a Prefeitura tenha promovido a centralização contábil dos Fundos, em 31/12/2001, deverão ser encaminhados duas Demonstrações das Variações Patrimoniais, com a situação antes e depois dos registros contábeis de centralização.

09 – Relatório: RELAÇÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS/PRECATÓRIOS
(*Anexo III – 3.22)

10 – DAS DESPESAS REALIZADAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

a. Relatório: DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA
(*Anexo III – 3.20)

b. De todas as despesas relacionadas conforme item “a”, deverão ser anexadas:

- i - Cópias das notas fiscais ou faturas;
- ii - Cópias legíveis das páginas dos jornais ou revistas que contenham as matérias publicitárias (os originais devem estar anexados aos respectivos empenhos como comprovante da realização da despesa);
- iii - Mapas de inserção, no caso de matérias veiculadas através de rádio e televisão.

11 – Cópias dos atos que implicaram em renúncia de receita, acompanhadas dos processos administrativos contendo a motivação e as medidas de compensação adotadas para evitar a ocorrência de déficit orçamentário, tal como estipulado nos incisos I e II do art.14 da Lei Complementar nº 101/2000.

12 – Cópias dos atos legais que importaram na criação de despesas de caráter continuado, acompanhadas da comprovação das providências dispostas no art. 17 e §§ da Lei Complementar nº 101/2000.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

13 – PARA OS MUNICÍPIOS QUE MANTIVERAM REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA.

- a.** Relatório circunstanciado acerca da situação em que se encontra o sistema previdenciário do Município, especialmente quanto às finanças e eventuais confissões de dívidas ou parcelamentos, bem ainda os esclarecimentos no caso de inadimplências.
- b.** Cópias das leis de criação e de regulamentação.
- c.** Laudos, projeções e demais relatórios atuariais, nos termos do art. 1º, inciso I, da LF nº 9.717/98.
- d.** Parecer da empresa de auditoria independente, conforme estabelecido no art. 1º, inciso I, da LF nº 9.717/98.
- e.** Relatório: RECOLHIMENTOS À PREVIDÊNCIA PRÓPRIA (*Anexo III – 3.15)
- f.** Demonstrativo dos valores de parcelamentos e de obrigações atrasadas de exercícios anteriores a 2001, contendo os saldos devidos de retenções dos empregados e contribuições do empregador. Estes valores deverão coincidir com os totais inscritos na linha “12/2000” do relatório RECOLHIMENTOS À PREVIDÊNCIA PRÓPRIA e no caso de terem sido parcelados deverão constar da Dívida Fundada da Entidade.

14 – PARA OS MUNICÍPIOS QUE EXTINGUIRAM SEUS SISTEMAS DE PREVIDÊNCIA.

- a.** Relatório circunstanciado sobre a situação em que se encontra o sistema previdenciário do Município, especialmente quanto ao emprego das disponibilidades, confissões de dívidas, parcelamentos e filiação a outro regime ou sistema.
- b.** Cópia da lei de extinção.
- c.** Cópias dos extratos das contas correntes em que foram depositados os recursos transferidos por força da extinção.
- d.** Demonstração da destinação dos recursos utilizados após a extinção.
- e.** Relatório: RECOLHIMENTOS À PREVIDÊNCIA PRÓPRIA (*Anexo III – 3.15), relativo ao período de vigência do sistema no exercício de 2001.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

- f.** Relatório: ENCARGOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA – INSS (*Anexo III – 3.16), relativo ao período posterior a vigência do sistema no exercício de 2001.

15 – Relatório: QUADRO DE PESSOAL

(*Anexo III – 3.18)

16 – Relatório: RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE ADMISSÃO E APOSENTADORIA (*Anexo III – 3.19)

17 – Relatório: SERVIÇOS DE TERCEIROS (DEDUÇÕES) – ART.72. L.R.F.

(*Anexo III – 3.27)

18 – Relatório: DETALHES DE CONTAS GENÉRICAS DA RECEITA

(*Anexo III – 3.25)

19 – Relatório: CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO – art. 62 - L.R.F. (*Anexo III – 3.24)

20 – Relatório: RELAÇÃO DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS CONCEDIDAS

(*Anexo III – 3.23)

VOLUME II – AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES

01 – Cópia da Lei Orçamentária e os anexos relativos a cada entidade da administração indireta.

02 – Cópias das Leis e Decretos de natureza orçamentária, conforme o constante no Demonstrativo das Alterações Orçamentárias.

03 – Cópias dos atos utilizados para a correção do orçamento inicial, acompanhados dos anexos referentes à última correção efetuada no exercício financeiro de 2001.

04 – Cópias dos cálculos da tendência do excesso de arrecadação, quando utilizados para cobertura de créditos adicionais.

05 – Comprovantes, em páginas inteiras, das publicações de Leis e Decretos de natureza orçamentária.

06 – Relatório: ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS E A SUA REALIZAÇÃO FÍSICA (*Anexo III – 3.8)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

VOLUME III – AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES

- 01 – Termo de Conferência de Caixa, em 31 de dezembro de 2001.
- 02 – Cópia da Portaria de designação do responsável pela conferência de Caixa.
- 03 – Extratos de todas as Contas Bancárias, evidenciando o saldo em 31 de dezembro de 2001. (Inclusive as contas com saldos contábil e bancário “zerados”, desde que não tenham sido desativadas no exercício de 2001).
- 04 – Relatório: CONCILIAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS.
(*Anexo III – 3.2)
- 05 – Documentos emitidos pelos Bancos nos quais o Município mantém contas correntes, firmados por agentes competentes para tal, informando todas as contas correntes, movimentadas ou não, no exercício, o saldo destas em 31/12/2001 e os valores em aplicações financeiras naquela data.
- 06 – Relatório: RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS
(*Anexo III – 3.3)
- 07 – Extrato anual com demonstrativo mensal emitidos pelas Instituições Financeiras, comprovando os rendimentos de aplicações financeiras ocorridas no exercício, conforme relatório apresentado no item anterior.

VOLUME IV – AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES

- 01 – Relatório: RELAÇÃO DOS BENS INCORPORADOS
(*Anexo III – 3.10)
- 02 – Relatório: RELAÇÃO DOS BENS DESINCORPORADOS
(*Anexo III – 3.11)
- 03 – Relatório: RELAÇÃO DAS LICITAÇÕES E DOS PROCESSOS DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE (*Anexo III – 3.21)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

04 – Documentos de transações imobiliárias (Compras, Permutas, Desapropriações e Doações), contendo:

- Cópia da Lei autorizatória.
- Decreto de desapropriação.
- Comprovante (página inteira) de publicação da Lei ou Decreto.
- Cópia da Portaria da Comissão de Avaliação.
- Laudo de avaliação.
- Escritura Pública do Registro de Imóveis.

Relativamente aos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação para incorporações de bens, remeter os processos administrativos contendo a motivação.

05 – Licitações para alienações de bens móveis e imóveis, contendo:

- cópia da Lei autorizatória (só no caso de bens imóveis)
- cópia da Portaria de nomeação da Comissão de avaliação do bem
- Laudo de avaliação
- cópia do edital
- comprovante (página inteira) da publicação do edital resumido
- propostas apresentadas pelos interessados
- atas de abertura e julgamento pela Comissão
- ato de homologação pela autoridade administrativa

Relativamente aos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação para alienações de bens, remeter os processos administrativos contendo a motivação.

06 – Documentos completos referentes a venda de ações, ocorridas no exercício financeiro de 2001.

07 – Relatório: SITUAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO

(*Anexo III – 3.9)

OBS. O referido relatório será emitido por todas as entidades que possuam imóveis próprios.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

FUNDO DE EDUCAÇÃO COM CONTABILIDADE DESCENTRALIZADA

VOLUME V – AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES

A DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO COMPREENDERÁ OS ELEMENTOS QUE SEGUEM:

01 – Cópia do ato que instituiu o Conselho de Controle Social do FUNDEF, na forma do artigo 4º da Lei nº 9.424/96

02 – Demonstrativos gerenciais, mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados ou recebidos à conta do FUNDEF, sendo:

- Balancetes financeiros;
- Cópias das atas e pareceres emitidos pelo respectivo Conselho.

03 – Relatório: REPASSES DE FONTES PRÓPRIAS PARA APLICAÇÃO EM M.D.E. (*Anexo III – 3.12)

04 – Relatório: SERVIDORES PAGOS COM RECURSOS DO FUNDEF – 60% (*Anexo III – 3.14)

05 – Relatório: MOVIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS DA EDUCAÇÃO (*Anexo III – 3.13)

06 – Cópias de convênios celebrados entre o Município e o Estado, de que resultem transferências de atribuições e recursos financeiros do FUNDEF, bem como demonstrativo mensal dos valores.

07 – Cópias de todos os extratos bancários do ano de 2001, da conta vinculada ao FUNDEF. Deverão ser anexados todos os extratos, mensalmente, e não apenas o último.

08 – Cópia do ato de designação do(s) responsável(eis) pela movimentação das contas citadas no inciso anterior.

09 – Cópias da Lei autorizadora e comprovante dos pagamentos de abonos com saldos dos recursos de 60% do FUNDEF, vinculados à remuneração do magistério, dos exercícios financeiros de 2000 e 2001.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

10 – Comprovantes de depósito dos valores transferidos nos meses de janeiro de 2001 e janeiro de 2002, relativamente às parcelas de 25% e 10% das receitas de impostos com vínculo obrigatório ao ensino fundamental.

12 – Cópias da Lei e Decreto de abertura do crédito adicional especial aberto, no exercício de 2001, para complementação das despesas com educação, realizadas a menor no ano de 2000, conforme Resolução nº. 9818/2001.

Obs.: Os empenhos correspondentes à execução deste crédito especial, deverão estar relacionados na "Relação de Empenhos" do *Sistema Informatizado de Captação dos Dados Contábeis da PCA 2001*.

13 – Declaração assinada pelo Conselho de Acompanhamento do FUNDEF, contendo os totais das despesas efetuadas e pagas através do Crédito Adicional Especial citado no item 12, deste volume.

FUNDO OU FUNDAÇÃO DE SAÚDE COM CONTABILIDADE DESCENTRALIZADA

VOLUME V – AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES

ALÉM DOS VOLUMES I A IV, A DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE, CUJA APLICAÇÃO FOI REALIZADA PELO FUNDO OU FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM CONTABILIDADE DESCENTRALIZADA, COMPOR-SE-Á DE:

1 – Atestado de regularidade da aplicação dos recursos, firmado pelo Conselho Municipal de Saúde.

2 – Relatório: DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM A SAÚDE
(*Anexo III – 3.28)

Este demonstrativo será assinado pelo Prefeito e responsável pela entidade de saúde.

3 – Cópias dos atos de constituição do Fundo Municipal de Saúde, nos termos do art. 77, III, § 3º - ADCT, com a redação dada pela E.C. 29.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo I da Instrução Técnica nº 1/2002

Composição da Prestação de Contas Anual - Exercício Financeiro de 2001

4 – Cópias dos atos de constituição do Conselho Municipal de Saúde, nos termos do art. 77, III, § 3º - ADCT, com a redação dada pela E.C. 29.

5 – Cópias das atas de realização das Audiências Públicas Trimestrais, contendo em anexo os relatórios do Gestor do Sistema de Saúde Municipal ao Conselho Municipal de Saúde, nos termos do art. 12 da Lei nº 8689 de 27/07/93.